



Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso- Filiado à CUT - FNITST
Rua Cussy Júnior, 3-40, centro - 17015-020 - Bauru/SP - Fone-fax (14) 3223-6642 - e-mail: sinferrobru@uol.com.br

Tribunal Popular para julgar a intervenção federal na Cipla e Interfibra

Nos dias 04 e 05 de julho de 2008, em Joinville, Santa Catarina, se reúne um Tribunal Popular Nacional para Julgar a Intervenção decidida pelo governo Lula e a crescente criminalização dos movimentos sociais.

Desde novembro de 2002 os 1.000 trabalhadores da Cipla e Interfibra ocuparam estas fábricas para salvar seus empregos e seus direitos trabalhistas. Com as fábricas sob controle dos trabalhadores eles retomaram a produção e dirigiram as fábricas por cinco anos elegendo todos os anos democraticamente seus dirigentes para o Conselho de Fábrica. Sua luta é pela estatização das fábricas ocupadas para manter seus empregos e direitos, pois sabem que o mercado capitalista é o caos e o reino das grandes multinacionais e bancos.

Durante cinco anos os trabalhadores mostraram na prática que não precisam de patrões para administrar as fábricas. Mas, isso foi insuportável para os capitalistas. O presidente da Abiplast (Patronal dos plásticos do Brasil) afirma que a existência de fábricas ocupadas e sua relação com o governo da Venezuela é uma afronta as leis e ao direito de propriedade. Paulo Skaf, presidente da FIESP exige "medidas imediatas em defesa da democracia". E o inacreditável aconteceu.



Em 31 de maio de 2007, atendendo um pedido do INSS (Ministério da Previdência) com a falsa justificativa de cobrar dívidas dos antigos patrões, 150 policiais federais armados até os dentes invadem a Cipla e a Interfibra expulsando as Comissões de Fábrica eleitas e dando posse a um interventor nomeado por um juiz federal. Um clima de terror é instalado e uma caça às bruxas é iniciada.

Hoje, quase um ano depois da intervenção a luta contra a intervenção continua. Mais de 300 trabalhadores já foram demitidos, voltaram às 44 horas semanais, acabaram todas as conquistas, o terror continua, e nada foi resolvido e nenhuma dívida foi paga com o INSS. O interventor continua recebendo seu salário que inicialmente foi de R\$ 300 mil e

os capitalistas e seus serviçais estão felizes.

O governo Lula se recusa retirar o pedido de intervenção. E vemos, ainda, uma crescente escalada criminalização de greves, de manifestações, de parlamentares que se expressam ao lado do povo, da luta pela reforma agrária, das lutas estudantis e da juventude. Multiplicam-se os dirigentes sindicais ameaçados e perseguidos. A criminalização dos movimentos sociais cresce assustadoramente. Para discutir estas questões o Comitê pelo Fim da Intervenção na Cipla e Interfibra realiza o

Tribunal Popular que Julgará a Intervenção na Cipla e Interfibra (Fábricas Ocupadas). Haverão sessões dedicadas aos diferentes ataques sofridos pelos movimentos sociais criminalizados com depoimentos de casos concretos.

Neste Tribunal Popular estarão presentes representantes de centrais sindicais, sindicatos, partidos, parlamentares, movimentos sociais de diversos países. Delegação composta por dirigentes sindicais ferroviários de todo o País estará presente, apresentando todas as ações praticadas pelas operadoras privadas como a ALL, Novoeste, Ferroban, MRS-Logística, FCA, Vale do Rio Doce, FTC e CFN, que se configuram em crime contra a organização sindical, práticas de assédio moral e ataques aos dirigentes sindicais.

Tudo sobre a Campanha Salarial 2008 e o ritmo das negociações nas páginas 2 e 3.

Negociações ACT 2008

A diretoria do sindicato analisou as propostas apresentadas pela empresa na última reunião, e concluímos que podemos fechar o acordo caso alguns ajustes sejam efetuados na proposta econômica.

Diárias: Para resolver de vez este problema propomos: Operadores de Produção Junior: Piso R\$ 600,00

Como o maior número de operadores atua como maquinista auxiliar, as 10 diárias adiantadas somariam R\$ 300,00 o que equivaleria a 50% dos salários. Caso o número de diárias exceda a 10 por mês, será pago ajuda de custo em tíquete refeição.

Exemplo: Realizou 15 viagens, recebe 10 adiantadas em espécie e 05 (150,00) em tíquete. O mesmo procedimento deve ser aplicado aos maquinistas.

Abono indenizatório: Considerando que a data base é primeiro de janeiro, propomos um abono de R\$ 300,00 (trezentos reais) a ser pago para todos os empregados.

Salustiano e Campos

A empresa Salustiano e Campos está assumindo todas as turmas fixas do Mato Grosso do Sul. A data base dos ferroviários que têm vínculo com a empresa é primeiro de maio, e as negociações ainda não foram encerradas.

No dia 19/06 na sede da ALL em Curitiba, a direção do sindicato se reuniu com o proprietário da Salustiano (Zeca) com o objetivo de fechar as negociações.

O mesmo ficou de se posicionar na segunda feira (23/06) e não o fez.

O Que vamos fazer?

A direção do sindicato aguardará um posicionamento até 01/07, caso isso não ocorra apresentaremos aos trabalhadores a proposta de paralisação por tempo indeterminado. Temos convicção que as propostas apresentadas estão dentro da capacidade da empresa, e momentaneamente atendem as reivindicações dos trabalhadores.

Agora é ficar ligado, e se for preciso parar, vamos parar, pois, afinal de contas quem faz a ferrovia andar são os ferroviários terceirizados, principalmente os da via.

ATA DE REUNIÃO

Aos 19 dias do mês junho de 2008, a partir das 10:00 horas, na cidade de Curitiba, realizou-se a terceira reunião para tratar da celebração do Acordo Coletivo de Trabalho para o ano de 2008, sendo que de um lado o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE BAURU, MATO GROSSO DO SUL E MATO GROSSO, neste ato representado pelos Srs. Roque José Ferreira – Diretor licenciado, Marco Antônio de Oliveira, Roberval Duarte Placce e Plínio Mercio Baldoni e do outro lado a FERROVIA NOVOESTE S/A neste ato representada por Mônica Vohs de Lima. Iniciados os trabalhos, as partes discutiram os pontos abaixo:

REAJUSTE SALARIAL: Posição da empresa: Correção de 5,16% para os colaboradores que já integravam o quadro de pessoal, em 01 de janeiro de 2007, a partir de março de 2008. A empresa, excepcionalmente, no mês de julho pagará a título de ajuda alimentação (PAT) o valor de R\$ 100,00 (cem reais), para cada trabalhador abrangido pelo presente acordo.

Posição do Sindicato: O Sindicato discorda da aplicação de qualquer índice fora da data-base, a qual ficou garantida no atual Acordo Coletivo de Trabalho, mantendo a proposta inicial.

ESTRUTURA DE CARGOS: Posição da empresa: Será encaminhada a tabela da estrutura de cargos e salários, com a proposta de correção, conforme apresentado na reunião realizada no dia 04.06.2008, com a inclusão das demais funções ajustadas com a correção mínima de 5,16%.

Assuntos Gerais

Reenquadramento – correspondência encaminhada pelo Sindicato em dezembro/2007. A empresa fez a entrega da solicitação, informando os motivos e fundamentos, quando necessários, pelos quais os enquadramentos foram efetuados ou não. O Sindicato não concordou com algumas situações apontadas e, posteriormente, encaminhará o seu posicionamento.

Cláusulas 6º Viagem de Passe – pessoal da Tração e cláusula 10º Hora de Espera- Sindicato solicita o cumprimento das cláusulas, em conformidade ao estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado em 17.10.2007. A empresa apresentou posicionamento, que a partir de julho de 2008, os problemas serão sanados e em relação os meses anteriores, no prazo de 30 (trinta) dias, será efetuado levantamento das possíveis diferenças existentes para pagamento posterior.

Reintegração – José Aparecido da Silva Palmeira – Sindicato solicita que o desligamento do colaborador seja revisto. A empresa apresentou manifestação que estará revendo o desligamento e garantirá uma vez provada a estabilidade, em conformidade com a cláusula 15º do Acordo Coletivo de Trabalho.

Diárias – Sindicato apresenta posição de denúncia da cláusula, uma vez que entende que a empresa não está cumprindo a cláusula estabelecida no Acordo Coletivo. A empresa apresenta posição de está cumprindo o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho e respeitando as legislações vigentes.

Assistência Odontológica – Sindicato informa que nas cidades de Água Clara e Miranda, até a presente data não existe dentistas credenciados. A empresa se compromete a devolver os valores descontados dos colaboradores, no período, bem como, no prazo máximo 30 (trinta) dias efetuar o credenciamento de consultórios.

Sala de Maquinistas – Sindicato informa que nas cidades de Miranda e Água Clara não existe local para que os Maquinistas fiquem e nem equipamento (computador para acesso à escala de trabalho). A empresa estará providenciando nestas cidades, junto à Estação local com os equipamentos necessários.

Caixa pequeno – Marcos Antônio de Oliveira – solicitou que fosse retirada da sua responsabilidade o caixa pequeno do setor. Posição da empresa - o coordenador Alexandre Nasser, autorizou a transferência para outro colaborador que será decidido posteriormente.

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se os trabalhos às 18:00 horas, sendo certo, que a próxima reunião será definida pelas partes posteriormente.

Posição da direção sobre o resultado das negociações

Como dissemos, o resultado das negociações refletem um momento conjuntural. Nas assembléias os ferroviários irão votar duas propostas:

- 1- Autorizar ou não a direção a assinar o acordo,
- 2- Em caso de não autorizar estarão votando na deflagração de greve por tempo indeterminado.

Agora a bola está com a categoria. Ela é que vai decidir de forma soberana, e com certeza o fará com responsabilidade que a categoria sempre teve.

Consideramos que é possível avançar mais se a categoria tiver disposta a entrar em campo e jogar duro, isto quer dizer: Se a categoria em sua maioria tiver disposição de ir à greve, não só pelas questões econômicas, mas, também para demonstrar sua indignação e insatisfação com uma série de desmandos que são praticados no dia e que agredem direitos dos ferroviários.

Qualquer que seja a posição da categoria, a diretoria do sindicato encaminhará como sempre o fez. Esta é a prática da democracia operária.

Cada companheiro tem que assumir sua responsabilidade, e nas assembléias votar de acordo com o que considera correto, e assumir as conseqüências, sejam elas boas ou ruins.

Assembléias

As assembléias serão realizadas de 01/07 a 10/07 de forma setorizada para garantir que todos possam participar e decidir. No curso das assembléias informaremos a posição da empresa em relação aos dois pontos propostos. Fique ligado!

Pau na Máquina: Ano XV, número 233. Diretor Responsável: Jose Carlos da Silva. Jornalista Responsável: Arthur M. Júnior - Mtb 023536 - Edição eletrônica: Tatiana Calmon. Sede: Rua Cussy Júnior, 3-40 - Bauru/SP, CEP: 17015-020 - Fone (14) 3223-6642 - Fax (14) 3223-6532. E-mail: sinferrobru@uol.com.br. Site: www.sindferroviariosbauru.com.br. As matérias publicadas são de responsabilidade da Diretoria Colegiada do STEFBUMSMT.

Dia a dia

Empreiteira demite e não paga

A empresa Athenas Serviços que tem sede em Tiete, e que prestava serviços de manutenção de via permanente para a Ferrovia Novoeste/ALL, demitiu cerca de 16 ferroviários que trabalham em Bauru no projeto C 30 e até a presente data não efetuou os pagamentos previstos em lei.

O sindicato notificou a Ferrovia Novoeste/ALL, pois a mesma tem responsabilidade solidária em relação aos ferroviários contratados por terceiros. Este tem sido um problema recorrente desde que a ALL assumiu o controle da Ferrovia Novoeste em julho de 2006, quando a mesma optou por terceirizar as atividades ferroviárias, mesmo sabendo da ilegalidade do procedimento.

A Novoeste/ALL já foi condenada em segunda instância estando o processo RR – 916/2002-091-15-00.0 concluso para o voto da Ministra Rosa Maria Weber do Tribunal Superior do Trabalho.



Ação Civil Pública

Tramita na Quarta Vara do Trabalho de Bauru, Ação Civil Pública proposta pelo Procurador do Trabalho Doutor Rogério Rodrigues Freitas contra a Ferrovia Novoeste/ALL, em razão da terceirização das atividades de manutenção e operação de máquinas e equipamentos ferroviários.



A Ação foi proposta após o Sindicato apresentar denúncia ao MPT-PRT 15 que solicitou fiscalização junto ao Ministério do Trabalho que constatou as irregularidades denunciadas.

Em audiência realizada na Justiça do Trabalho, o Procurador apresentou uma proposta de Termo de Ajuste de Conduta para regularizar a situação, mas a Ferrovia Novoeste/ALL, não aceita aplicar para os

ferroviários terceirizados as mesmas condições de salários e benefícios que são aplicadas aos ferroviários diretos como plano de saúde, tíquete alimentação, plano odontológico dentre outros, se recusando também a assumir a responsabilidade solidária pelos contratos.

Como a empresa se recusa a cumprir os princípios legais, resta aos trabalhadores depositar no poder judiciário a confiança de que as terceirizações ilegais serão proibidas e que a Ferrovia Novoeste/ALL seja concernida a cumprir a lei.

Monocondução



Informamos ao senhor Pedro Almeida sobre procedimento que vem sendo adotado pela empresa para suprir a falta de pessoal na tração. Nos lastros de Miranda e de Ribas do Rio Pardo, cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, os maquinistas na falta do auxiliar tem sido acompanhados por um trabalhador da via permanente de empresa terceirizada.

Segundo apuramos, o maquinista de Ribas do Rio Pardo se recusou a seguir com o trem sem o auxiliar, porém, foi pressionado pelo supervisor Jansen Delamare de Três Lagoas, que usou o argumento de que o auxiliar não faz nada, ou seja, de forma sorradeira obrigando o maquinista a operar trem em regime de monocondução, o que contrária decisão judicial.

Tanto o supervisor como a direção da empresa pode ter posicionamento contrário a monocondução, entretanto, o Poder Judiciário proferiu sentença proibindo a prática. Tal fato pode sujeitar os responsáveis às cominações legais.

O fato foi informado ao Ministério Público do Trabalho em Campo Grande, em audiência que realizada no dia 25/06, onde solicitamos que o órgão comunique o fato à Justiça do Trabalho em Bauru.

Reafirmar os compromissos históricos da CUT

A classe trabalhadora precisa de sindicatos e de uma central cuja direção esteja enraizada na base, organizando as lutas concretas, e não de cúpulas burocráticas, fortes e pelegas.

A Plenária Nacional da CUT será realizada no momento em que se comemoram os 30 anos da greve da Scania iniciada em 15 de maio de 1978, que acabou por se alastrar pela categoria metalúrgica colocando no cenário nacional o sindicalista Lula e pavimentando o caminho para fundação e construção do PT em 1980 e da CUT em 28 de agosto de 1983.

Construída na ação direta dos trabalhadores na luta de classes, a CUT se constituiu em pilar central para retomar o protagonismo da classe operária e dos trabalhadores, romper com o peleguismo, o sindicato de carimbo contra a ditadura militar, lutar pela liberdade e autonomia sindical e pela ruptura com o sistema capitalista de exploração de classe: por um futuro socialista.

Os avanços obtidos pela classe operária e pelos trabalhadores, em termos de conquistas - sejam econômicos, sociais ou de organização - são o resultado concreto do combate de milhares e milhares de homens, mulheres e jovens, no enfrentamento com o capital, as grandes corporações, os patrões e o estado burguês.

“Fortalecer a Democracia e Valorizar o Trabalho”

Este é o slogan que convoca a 12ª Plenária Nacional da CUT, o que concentra toda a política que vem sendo desenvolvida pela direção de nossa central. De qual democracia a direção fala? Da democracia burguesa, e seu direito de explorar cada vez mais a classe trabalhadora através da retirada de direitos, da flexibilização das condições de trabalho, da criminalização dos movimentos sociais, do trabalho escravo e degradante?

A democracia burguesa se mantém nos pilares da exploração de classe, e no atual momento da luta de classes não se constitui num objetivo estratégico da classe operária, pois perpetua a dominação de

classe. Insere-se na política de governança mundial o que ao fim



e ao cabo é a conciliação de classes, além de transformar as organizações sindicais em linha auxiliar dos organismos multilaterais que representam os interesses do capital como a OCDE, FMI, Banco Mundial, e de cooptar as direções sindicais através das parcerias. Isso não está certo! O nosso objetivo estratégico é a construção do socialismo!

Incoerência entre discurso e prática

É incoerente falar de autonomia sindical e defender o PL-1990 que reconheceu as centrais, fruto de acordo entre o governo Lula e a direção das centrais sindicais. A lei garante a participação das centrais nos foros tripartites (Trabalhadores-Patrões-Governo) controlados

pelo Ministério do Trabalho, mas não poderão negociar, assinar

acordos, convenções e fazer negociações, e mantém a unicidade forçada dos sindicatos, pois a mesma está vinculada à arrecadação, o que vai de encontro aos interesses da UGT (União Geral dos Trabalhadores, central pelega), FS (Força Sindical, também pelega, do Paulinho) que não abriam mão da taxa negocial (que substituirá o imposto sindical) que será c o b r a d a compulsoriamente dos trabalhadores desde que aprovadas em

assembléias. Todos sabemos como são convocadas e realizadas as assembléias para este fim pela pelegada, e mesmo por várias direções de sindicatos cutistas. Neste barco também estão a CGTB e CTB (ex-CSC, impulsionada pelo PCdoB) que sempre defenderam a unicidade imposta pelo estado e o famigerado imposto.

Agora a CUT não pode se confundir com esta tralha sindical. A classe trabalhadora precisa de sindicatos e de uma central cuja direção esteja enraizada na base, organizando as lutas concretas, e não de cúpulas burocráticas, fortes e pelegas. Disso os trabalhadores não precisam. Precisamos de sindicatos fortes e representativos pela base!

Os desafios que estão postos

para a classe trabalhadora exigirão dos delegados às plenárias, de como armar a CUT para que ela cumpra seu papel histórico no atual estágio da luta de classes e como armar a militância para resistirmos aos ataques dos patrões, do capital e do governo, construindo um plano de ação e de lutas, que crie as condições para o fortalecimento da luta dos sindicatos e da central, que passa por reafirmar a luta pela ratificação da Convenção 87 da OIT, e combate ao imposto sindical.

Os delegados do Sindicato apresentarão esta discussão na plenária estadual da CUT/SP que será realizada nos dias 26, 27 e 28 em Atibaia, e estamos dispostos a dialogar e combater com todos os delegados na plenária em favor destas posições, para o fortalecimento da organização da base cutista condição imperativa para reafirmar os princípios históricos e combater a divisão e o que enfraquecimento do movimento sindical classista, levado a cabo por posições sectárias e oportunistas, que acabam por fazer exatamente o que os patrões querem: dividir e enfraquecer a classe trabalhadora!

Além deste debate de fundo, apresentaremos duas propostas para integrar o Plano de Lutas da Central Única dos Trabalhadores, para combatermos e barrarmos a monocondução e as terceirizações ilegais que são praticadas pelas operadoras privadas.